

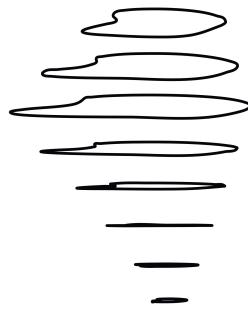
02.08.2019

mesa 4

17h00 - 18h30

Meio Ambiente

coordenação
Edna Castro
mediação
Camila D'ottaviano



br
cidades

A AMAZÔNIA URBANA E O
PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO
NORTE DO BRASIL – EXPERIÊNCIAS
DO OBSERVATÓRIO DA REGIÃO
METROPOLITANA E MANAUS

Artur Sgambatti Monteiro
Fundação Vitória Amazônica
Observatório da Região Metropolitana
de Manaus

Dentro do contexto amazônico é importante ressaltar que um dos principais indutores do desmatamento no interior do atual limite do arco do desmatamento não está associado à expansão da fronteira agrícola nem da extração ilegal de madeira, mas sim aos processos da expansão urbana de Manaus e de sua região metropolitana. Vale ressaltar que tal pressão se dá, majoritariamente, por razões relativas ao uso de recursos para a construção civil e, principalmente, o crescimento de áreas de ocupações irregulares, loteamentos e novos projetos de assentamento. Manaus é a maior cidade de Amazônia e a capital que cresce a ritmo mais acelerado desde os anos 70, composta por uma enorme complexidade e importância. A cidade exerce influência por uma série de fatores que alcançam diferentes escalas, como:

- 1) sua influência regional na articulação de uma rede de assentamentos na Amazônia brasileira e de cidades próximas,
- 2) por ser o centro urbano mais interno à Amazônia conferindo assim importância estratégica relativa a soberania nacional e controlo sobre o território,
- 3) seu papel na integração sul-americana é de suma importância pois se localiza entre importantes eixos de conexões (fluviais e rodoviários) e,
- 4) dada a grande presença de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e centros de pesquisa se configura como um grande polo de discussões e avanços sobre biodiversidade, conservação e resiliência à mudanças climáticas, inclusive pelo seu papel central nas discussões globais.

A REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

Em 2007, o governo do Amazonas institucionalizou a Região Metropolitana de Manaus (RMM) através da LC 52/07 composta por sete municípios. Posteriormente, foi acrescido o município de Manacapuru à RMM (LC 59/07). Naquele mesmo ano foi criada a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus e instituído o Fundo Especial da Região Metropolitana de Manaus (LC 60/08 e LC 61/08). Os contornos geográficos e a estrutura de gestão da RMM foram definidos por instrumentos legais. Infelizmente, este espaço de gestão tão importante para o Amazonas ainda sofre com as idas e vindas jurídicas acerca da construção de seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) com as alterações de seus limites.

Em 2009, a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas promulgou a LC 64/09, na qual foram acrescentados outros cinco municípios na RMM. O Ministério Público Estadual considerou esta LC inconstitucional, uma vez que a prerrogativa de criação de regiões metropolitanas no Brasil é do poder executivo estadual. De fato, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas declarou que a Lei Complementar no 64 é inconstitucional (autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade No 2009.002450/2), o que implica que a RMM seria legalmente constituída por oito municípios e não treze. Por outro lado, o mesmo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas deu razão à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em modificar os contornos da RMM em processo analisado em 26 de setembro de 2011 (embargos de declaração de Ação Direta de Inconstitucionalidade 2009.002450-2/0001.00).



Figura 1: Em laranja estão os municípios elencados na LC 52/07 e LC 59/07 e em cinza os municípios acrescentado pela LC 64/09.

Independentemente de seu contorno, dos grandes entraves jurídicos administrativos observados nos últimos anos e da dificuldade da concretização das ações do Conselho de Desenvolvimento Sustentável e da própria Secretaria desta região muitas coisas ainda devem, efetivamente, ser feitas. Além do enorme desafio de governança e político, os problemas de configuração geográfica da RMM geram uma morosidade na redefinição do Conselho, na elaboração de seu PDUI e na implantação de programas e projetos que realmente iniciem um processo de desenvolvimento mais coeso. Assim, não apenas a definição de seu desenho institucional RMM como a condução dos instrumentos metropolitanos são urgentes para o desenvolvimento da região de maneira crítica e responsável.

O OBSERVATÓRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (ORMM)

Nesse momento em que a estruturação da Metrópole se faz inadiável e instrumentos jurídico-legais se encontram devidamente institucionalizados, a promoção e o acompanhamento das discussões e evolução referentes à RMM se tornam fundamentais. Neste sentido, a Fundação Vitória Amazônica (FVA), com o auxílio de uma extensa rede de instituições e profissionais parceiros, criou em 2014 o ORMM, cujos trabalhos, propostas e estrutura geral são apresentados a seguir.

Os objetivos centrais do ORMM consistem em alguns pontos centrais, à saber:

- i) Levantamento e análise de dados;
- ii) Avaliação de tendências e previsões relativos à consolidação da metrópole (considerando as características ambientais, sociais, econômicas, de infraestrutura e político-institucionais do território);
- iii) Publicação e ampla divulgação dos resultados alcançados;
- iv) implantação de programas de educação comunitária e empoderamento social sobre questões de desenvolvimento urbano/rural;
- v) Fortalecimento da governança, diversificação e qualificação da participação público-privada nos fóruns de debate e construção de políticas públicas; e,

vi) Promoção de atividades, mutirões e campanhas que promovam novos padrões sociais econômicos e de participação social que de fato contribuam com a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e desenvolvimento sustentável da RMM.

Tais esforços do ORMM partem do princípio do direito à cidade na qual o cidadão deve ter condições plenas e emancipatórias de crescimento e melhora na qualidade de vida. A cidade deve servir como promotora da vida em suas múltiplas dimensões, permitindo o pleno alcance das potencialidades de qualquer pessoa.

O ORMM Consolida pesquisadores parceiros de diferentes núcleos de pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e conta com a secretaria executiva da Fundação Vitória Amazônica (FVA). Assim, sua estrutura e funcionamento o levam a ser o principal ponto focal de produção acadêmica qualificada e instrumento de proposição e influência de políticas sobre a questão urbana e metropolitana no estado do Amazonas. Atualmente conta com alguns Grupos de Trabalho (GTs) que visam orientar seus trabalhos, sendo eles: 1) Recursos Hídricos; 2) Mudanças climáticas e monitoramento de gestão de Riscos; 3) Transparência e monitoramento de finanças públicas; 4) Metropolização e dinâmicas espaciais; 5) Ordenamento do espaço turístico e 6) Mobilidade.

Como importantes desdobramentos de seus trabalhos é possível citar alguns momentos e trabalhos de bojo na estruturação das políticas públicas da região, assim como resultados dos GTs. Primeiramente a organização do Seminário de Gestão de Recursos Hídricos, promovido em março de 2018, teve grande repercussões na construção de políticas da área, sendo seus resultados compilados na Carta das Águas de Manaus. Por outro lado, em parceria com a SBPC-AM, foi organizado o evento “Qual o Futuro da Ciência no Amazonas” visando a orientação para o setor na nova gestão estadual (2019-2022), desdobramentos e orientações oriundas do evento podem ser encontradas na Carta das Ciências do Amazonas. Cabe citar que ambas iniciativas foram amplamente discutidas e divulgadas, se configurando como diretrizes para seus setores. Ainda, cabe citar um mini documentário feito para melhor descrever os embates do planejamento urbano em um contexto amazônico, o material pode ser visto no seguinte link: Mais Cidade Menos Floresta.

Outro trabalho em pleno andamento consiste nos trabalhos da I Caravana da RMM realizado em parceria com o CNPq, UFAM, FVA e Associação Amazonense de Municípios (AAM) que, entre outras coisas, visa estimular a discussão metropolitana e de direito à cidade na região como um todo. A Caravana esteve presente em 4 dos 13 municípios da RMM, sendo esses inseridos na RMM em 2009 (LC 64/09) sendo eles: Careiro Castanho, Itapiranga, Manaquiri e Silves. Ainda, os links se referem a vídeos filmados em cada cidade da Caravana. A Caravana teve por objetivo não apenas fazer uma pesquisa sobre o perfil urbano das cidades de forma a subsidiar a nova redação do PDUI de Manaus e orientar o fortalecimento da política metropolitana amazonense como um todo, teve também como preceito a divulgação de dados e trabalhos do ORMM e, o mais importante, o fomento de discussões sobre a construção participativa de políticas públicas e desenvolvimento territorial e a construção de acordos gerais entre os participantes. Tais trabalhos estão subsidiando importantes trabalhos atuais do ORMM e da política estadual nesse presente momento.

PROPOSTAS

Considerando o exposto acima tanto no tocante às características gerais do RMM quanto aos trabalhos do ORMM apresentamos propostas gerais relativas à urbanização amazônica e os principais trabalhos necessários na atualidade. Esforço foi feito considerando especificidades regionais, demandas urgentes da realidade local e a intenção de subsídio às pautas municipais das eleições de 2020.

- Fomento à devida conclusão dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado que, de fato, considere os municípios do interior e suas especificidades através de trabalhos contínuos e integrados entre municípios como também através de formações e capacitações.
- Planos de ação para maior desenvolvimento do setor primário (pesca, agricultura) que vise fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade,
- À contramão do governo federal fortalecimento dos conselhos (desenvolvimento urbano, da RMM...) que devem ser entendidos como espaços de inclusão e integração dos diferentes setores da sociedade, sendo inerentes à uma prática democrática horizontal de integração.

- Desenho de modelos de financiamento (via SUFRAMA ou outros) que permitam maior integração e desenvolvimento dos interiores do interior do Amazonas, principalmente da RMM pela proximidade de Manaus facilidades diversas.
- Inserção de especificidades amazônicas nos diferentes e diversos planos que incidam sobre o desenvolvimento nacional e da região. Como: conservação, presença indígena, meios de produção e redes de articulação regionais.

bibliografia

FVA AMAZONAS. Carta das Águas de Manaus. Disponível em: <https://isuu.com/fvaamazonas/docs/carta-aguas-de-manaus2018>

FVA AMAZONAS. Carta das Ciências do Amazonas: pelo desenvolvimento científico ético e comprometido. Disponível em: <https://isuu.com/fvaamazonas/docs/carta-das-ciencias-amazonas2018-fin>

FVA AMAZONAS. Documentário: Mais Cidade, Menos Floresta. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TYfv_ml3Afo&t=1s



nacional@brcidades.org



www.brcidades.org